

Política

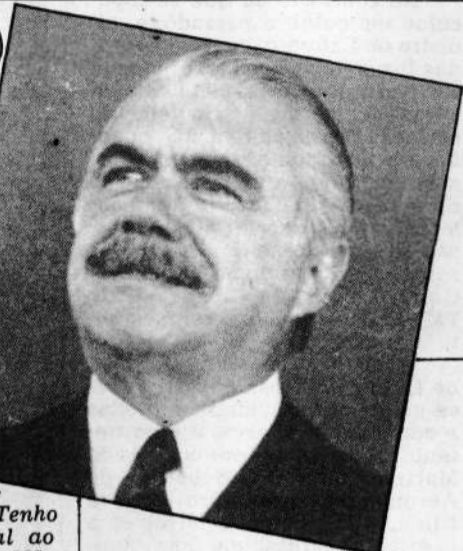
CRISE

No seu programa semanal de rádio, o presidente da República investiu contra a "minoría" que quer tomar o poder, atacou a Constituinte, preveniu o País contra o retrocesso, disse que é preciso salvar a democracia e que não vai truncar seu mandato. Muitos políticos falam em golpe, mas os militares (veja na página seguinte) preferem evitar um confronto. A Constituinte resolveu correr mais, para acabar seus trabalhos antes que a crise aumente.

X
ACK
(ANC)

E Sarney ataca de novo

"ESTA É UMA AÇÃO CONTRA A DEMOCRACIA. O ALVO É O PODER."



►►►
guem à Nação. Do resto que cuide o presidente."

Covas não gostou particularmente do que Sarney qualificou de "minoría radical conspiradora". E sugeriu que tanto Sarney sejam submetidos ao julgamento popular — "embora os caminhos pelos quais cada um de nós chegou ao cargo tenham sido diferentes". "Os constituintes chegaram pela vontade popular. O presidente está no poder por ter sido eleito através do Colégio Eleitoral."

O governador do Rio, Moreira Franco, também não concordou com Sarney em suas queixas de que a Constituinte "tenta criar um clima de inquietação". A Constituinte está "em plena normalidade", segundo Moreira. "O que é decidido em plenário não é fruto de um grupo, mas resultado de um amplo entendimento."

O presidente do PT, Olívio Dutra, viu nos ataques de Sarney uma forma de "instigar os militares contra a Constituinte". E o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, assinalou que ele está "atentando contra a Constituição ao procurar criar embaraços ao livre exercício dos poderes constitucionais".

Os chamados setores conservadores também não gostaram das críticas de Sarney. O deputado José Maria Eymael (PDC-SP) negou que "minorias radicais" estejam conduzindo a Constituinte. E a deputada Dirce Tutu Quadros (PTB-SP) considerou de "mau gosto" a "novela 'Conversa ao pé do rádio'". Francisco Dornelles (PFL-RJ) observou que a estratégia de Sarney consiste em procurar jogar a opinião pública contra a Constituinte "para desviar a atenção do descabimento de seu governo". Mais contundente foi a deputada Beth Azize (PSB-AM): sugeriu que o Dentel suspenda o programa de Sarney às sextas-feiras, "pois ele está tentando sublevar o povo".

Para o deputado José Genofre (PT-SP), a situação é clara: "Existe a montagem de um plano visando a desestabilização da Constituinte numa conexão Palácio do Planalto-ultradireita, ao mesmo tempo em que Sarney buscaria junto ao Supremo assegurar um mandato de seis anos".

Mais ataques do presidente Sarney em sua "Conversa ao pé do rádio" de ontem. E ele fez acusações à "minoría agressiva que tenta criar no País um clima de inquietação", queixas ("esse clima aumenta as dificuldades nacionais") e advertências ("eu tenho o dever de alertar a Nação e não permitir esse retrocesso"). Sarney disse reconhecer que esse "grupo de radicais oportunistas" é pequeno, mas conseguiu, mesmo assim, "coagir o Congresso, o plenário da Casa".

Sarney garantiu ainda que não procurou ser presidente — "o destino me trouxe" — e que tem contribuído de forma "substancial" ao processo político brasileiro. E avisou: "Não vou recuar e nem truncá-lo — e também não admitirei que ninguém o faça". "Conto com a maioria do Parlamento para salvar a democracia daqueles que querem que a transição não se complete".

A "minoría radical", segundo Sarney, tenta tornar a Constituinte impopular, "para criar o caos". "Essa minoría julga tomar o poder à força com o enfraquecimento das instituições". Mas que ninguém acredite que isso sejam críticas: Sarney argumenta que são "algumas ressalvas" à Constituição, que ele faz como "cidadão e como presidente, para que os erros sejam corrigidos". "Impedir críticas, resistir a elas são maneiras de trair a democracia, a liberdade de pensamento e a melhoria das instituições".

Resposta

Se dependesse de conselhos, o presidente Sarney deveria se ater às suas prerrogativas. "Deveria cuidar de sua tarefa de governar o País e deixar os constituintes trabalharem em paz", propôs o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, rebatendo as críticas que o presidente fez à "minoría agressiva que tenta inviabilizar o governo".

"Ninguém quer tomar o poder pela força neste País" — garantiu Covas. "O que se quer é que neste ano haja eleições. O que se quer é que o presidente cumpra seu mandato até o final; o que se quer, o mais rápido possível, é que aqueles que têm responsabilidade delegada pelo povo em fazer uma Constituição a façam e entre-"

Brasileiros e brasileiras. Infelizmente, eu sou obrigado a fazer ao País mais uma grave advertência em favor da transição democrática.

Sinceramente, desejava que estivessemos em paz, sem necessidade de alertas. Mas continua uma minoría agressiva, não representativa da Nação, a tentar criar no País um clima de inquietação, aumentando as dificuldades nacionais, tentando inviabilizar o governo.

Esta é uma ação contra a democracia, com vistas a comprometer o processo democrático. O alvo, sem dúvida, não é o político José Sarney. É o poder, é a presidência, é o regime, é o nosso sistema de vida, é a transição, é a democracia e, finalmente, é o caminho da ilegalidade. Como tenho dito, está dentro do Congresso Nacional um pequeno grupo de radicais oportunistas com o objetivo de solapar a ordem. Graça a Deus, para sorte do nosso País, é uma minoría.

O Congresso, ao qual pertenci durante mais de 20 anos, tem homens de espírito público que resistem ao sacrifício, ao ataque sistemático que é feito para amedrontá-los, colocando seus nomes sob medida à execução pública, numa ação nefasta e impatriótica. Semear cartazes com ofensas e apontar como traidores, como se cada um constituinte não pudesse agir de acordo com a sua consciência, com a responsabilidade. Tudo isso para quê? Para coagir, para cercar a liberdade. Essa minoría radical coage o Congresso, o plenário da Casa, insultam o presidente da Constituinte numa obra deletéria, contrária às instituições. E a democracia não é isso. É muito mais o respeitável Congresso Nacional. Essa conduta é a negação da lei, do Estado de direito.

Eles tentam assenhorar-se da Constituinte, fazendo-se passar como se fossem a própria Constituinte, de criar uma Constituição que torne o Brasil ingovernável e, ao mesmo tempo, tornam a Constituinte impopular perante o povo brasileiro. Para criar o caos, julgam tomar o poder pela força, com o enfraquecimento das instituições.

Os poderes da República são harmônicos, a democracia vive dessa harmonia dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Quem deseja quebrar esta harmonia quer plantar a confrontação e abalar os princípios da ordem jurídica. E fazem isso acobertados na imunidade parlamentar. Usam a lei para negar a lei.

Este fato é inédito na história do Brasil. A tribuna parlamentar não foi feita para denegrir, injuriar, ou caluniar, nem conspirar, e sim para defender o povo.

Os trabalhos da Constituinte são substituídos por ataques pessoais e políticos, com a única finalidade de imobilizar o governo e levá-lo a situações que no passado atingiram outros presidentes.

Eu tenho o dever de alertar a Nação, e não permitir este retrocesso. Tenho dado mostras de exemplo de tolerância, ciente e absolutamente convicto de que não se pode administrar uma transição com muros na mesa. Mas com paciência, numa obra de engenharia política que tenho feito com sacrifício, e muito sacrifício.

Sempre pensei que o reingresso do Brasil no convívio das grandes democracias deveria operar-se num clima de concertação, balizado por um pacto social e político que tanto me esforçei em concretizar. Quantas vezes, as brasileiras e brasileiros que me ouvem, ouviram eu falar do diálogo, da união, da necessidade de juntos lutarmos para atravessar dificuldades. Meu objetivo único, portanto, era e é de consolidar

as instituições democráticas, e de presidir a transição e chegar ao seu final. Tenho compromissos.

Eu não procurei a Presidência. O destino me trouxe. Tenho dado contribuição substancial ao processo político brasileiro. Não vou recuar nem truncá-lo. Mas não admitirei que ninguém o faça.

Tenho feito algumas ressalvas ao cidadão, e mais ainda como presidente, os erros para que sejam corrigidos. Não se deve confundir a Constituinte, processo de elaboração de uma Constituição, com a própria Constituição. Esta será sempre criticada. Para isso existem os tratadistas, os políticos, os homens públicos, os juristas, os professores. Impedir críticas, resistir às críticas como se fossem contra o processo institucional é uma maneira de trair a democracia, a liberdade de pensamento e a melhoria das instituições.

Mas uma Constituição desordenada, caótica, ninguém no Brasil deseja. Todos estamos obrigados e desejosos de que ela seja uma boa Constituição, e todos estamos com vontade de ajudar a que seja melhorada.

Eu, pessoalmente, convoquei a Constituinte. Ninguém pode me acusar de retardá-la, pois sou o único que não pode sofrer esta acusação. Porque o projeto que eu enviei ao Congresso Nacional, que eu assinéi, tinha no seu artigo terceiro um prazo para que a Constituinte fosse terminada. Esse prazo era de 4 de dezembro do ano passado. Eu dizia no projeto que mandei ao Congresso, projeto da Constituição artigo terceiro, que será promulgado no curso da primeira sessão legislativa da 48ª legislatura. Portanto, 4 de dezembro do ano passado. Se tivesse aprovado o meu pro-



Ulysses: não vi e não sei.



Magalhães: "Só um documento para a História".

Delfim: "O golpe está em gestação. Estão montando a arapuca".

O presidente Sarney e alguns de seus ministros se esforçaram para convencer políticos e jornalistas, ontem, de que o pedido de certidão sobre sua posse, à Mesa do Senado, era puramente para fins de arquivo histórico — e não uma manobra para buscar o confronto entre a Constituinte e o Judiciário, a quem recorrerá se seu mandato fosse reduzido para quatro anos. Até que o deputado Cardoso Alves (PMDB-SP) deixou o gabinete do presidente e desmentiu tudo.

— E você acredita nisso? — debochou o presidente, segundo relato de Cardoso Alves, que tinha perguntado se a certidão era mesmo para arquivo.

Cardoso Alves ficou eufórico: "Este é o Sarney que eu conheço e de quem eu gosto. Achei o presidente com a maior disposição de lutar por seu direito — a duração de seu mandato. Tem o meu apoio. O presidente me causou a impressão de que está lutando com valentia e firmeza. Ele disse que vai às últimas consequências".

— Se eu fosse Sarney, lutaria logo pelos seis anos — arrematou.

Cardoso Alves, que cunhou a definição "é dando que se recebe" sobre a relação entre políticos e governo, acrescentou que Sarney só se lamentou da deslealdade dos que mais receberam do Planalto.

A idéia de que a certidão sobre sua posse seria para fins de arquivo histórico foi repetida pelo presidente Sarney ao repórter Carlos Chagas, de O Estado de S. Paulo, acrescentando que para recorrer ao Supremo Tribunal não precisaria dela — bastaria cópia do "Diário Oficial" onde tudo foi publicado.

Sarney ainda achou graça ao saber que os constituintes estavam agitados com a notícia e relatou seu longo encontro, na véspera, com Ulysses Guimarães e parlamentares num jantar em home-

nagem a dona Mora Guimarães, negando qualquer clima de confronto.

O ministro Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações — que tem sido acusado de articulador de um "golpe" em andamento —, também insistiu na versão de que o documento é para arquivo do presidente, "escritor e historiador". Magalhães disse que a duração do mandato é assunto político a ser resolvido pela Constituinte, mas terminou acrescentando, a respeito da certidão: "Quem sabe isso politicamente não será um elemento de convencimento daqueles que não estão querendo se convencer de uma coisa tão clara que é o mandato do presidente".

Essa conversa não convenceu o deputado Delfim Netto (PDS-SP): "O golpe está em gestação pelo grupo palaciano, para apoiar o acórdão que será proferido pelo Supremo. Estão montando a arapuca. Resta saber se o general Leônidas vai dar garantia a Sarney nesse golpe jurídico".

O deputado Siqueira Campos (PDC-GO), ex-malufista ardente, concordou: "Estão preparando o golpe e a trama é competente".

Pressão

Parlamentares de quase todos os partidos estão convencidos de que o objetivo de Sarney ao pedir certidão da ata de sua posse é pressionar a Constituinte, na busca dos cinco anos. Se aprovado o mandato de quatro anos, como parece ser a tendência atual do plenário, o presidente Sarney baterá às portas do Supremo Tribunal Federal para tentar garantir mandato de seis anos. Haveria o confronto entre a livre e soberana decisão da Assembléia Constituinte e o mais alto órgão do Poder Judiciário.

"Se o Supremo der ganho de causa, a Constituinte estaria desmoralizada e até mesmo as Forças Armadas poderiam ser chamadas

a intervir, para garantir a lei" — comentou, preocupado, um dirigente do PFL. O líder do PCB, deputado Roberto Freire, acha que a pressão palaciana pode favorecer a aprovação do sistema parlamentarista e sua imediata implantação.

Para Juthay Magalhães, primeiro Secretário da Mesa do Senado, ao solicitar certidão do termo de posse, por intermédio de seus assessores, ficou evidenciada a intenção de levar ao Supremo Tribunal Federal a questão do prazo do mandato presidencial.

"Erram os que pensam que a Constituinte não tem poderes para modificar normas constantes da atual Carta. Se o Congresso, no seu período normal, pode mudar o sistema de governo, por que não poderia fazê-lo quando reunido em Assembléia Constituinte?" — disse ele, acrescentando:

"A Assembléia Constituinte determinará o prazo do mandato presidencial, tanto para os futuros presidentes quanto para o atual. O mais é querer criar uma crise institucional, desrespeitando a soberania da Constituinte, para se manter no poder aqueles que o povo hoje repudia".

Juthay Magalhães afirmou, também, que as falas de Sarney no programa de rádio "demonstram, claramente, que o presidente está trilhando um caminho perigoso, buscando um confronto que poderá nos levar a destino indesejado".

Ulysses Guimarães preferiu se manter fora do debate, dizendo não ter ouvido a "Conversa ao Pé do Rádio" e confiar na afirmativa de que o presidente Sarney "acatará as decisões da Constituinte".

No fim do dia, o próprio presidente Sarney, ao receber o senador Humberto Lucena, presidente do Congresso, fez um apelo ao desarmamento dos espíritos, argumentando que o confronto não interessa a ninguém.